

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 11, N. 2, jul./dez. 2012

577 Clas. PER
& Administração
2
z. 2012 ex.3

1505

SUMÁRIO

EDITORIAL	13	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	15	Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado <i>Theo Thomassen</i>
	33	<i>As cartas que mando para você são suas</i> <i>Eliane Leitão Vasconcellos</i>
	49	Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo <i>Luciana Heymann</i>
NOTA DE PESQUISA	65	A relação entre a Gestão de Documentos e os Sistemas de Gestão da Qualidade <i>Anna Duala Pessoa do Rosário</i>

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 11	n. 2	p. 1-92	jul./dez. 2012
-------------	----------------	-------	------	---------	----------------

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

1ª Vice-presidente: Margereth da Silva

2ª Vice-presidente: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Secretário Geral: Leila Estephano de Moura

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

Conselho Editorial

Ana Maria de Almeida Camargo

Eduardo Ismael Murguía Marañón

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Luciana Duranti

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Roberto Elían dos Santos

Sérgio Conde de Albite Silva

Theo Thomassen

EDITORIAL

O segundo número da Revista Arquivo & Administração de 2012 apresenta aos seus leitores três artigos que refletem conferências realizadas dentro da programação do XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia. O Congresso - com o tema central *Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI* - foi realizado de 18 a 22 de junho 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional.

O primeiro artigo, de autoria do professor da Universidade de Amsterdã e grande teórico contemporâneo da área, Theo Thomassen, com o título original *Archivists and the private desire to be or not to be documented*, foi traduzido para publicação em nosso periódico por Lucia Maria Velloso de Oliveira. O texto do professor discute a mudança do paradigma custodial para não-custodial dentro de uma sociedade que cada vez mais se organiza em rede, e onde o arquivo pessoal deixa de ficar na periferia das discussões arquivísticas. O autor também discute os impactos dessa mudança para a própria profissão.

Os dois artigos seguintes, de autoria de Eliane Leitão Vasconcelos, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, e de Luciana Heymann, pesquisadora do CPDOC/FGV, com os títulos respectivamente, *As cartas que mando para você são suas* e *Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo* foram elaborados a partir das conferências que as autoras proferiram no *II Seminário de Arquivos Pessoais na Era Digital*, que fez parte da programação do Congresso. O *II Seminário* apresentou a discussão sobre a produção e preservação dos documentos digitais e sua relação com os documentos tradicionais, no âmbito da vida pessoal. O texto de Eliane Vasconcelos aborda o gênero epistolar e considera como campo empírico a documentação produzida e acumulada por escritores brasileiros, mas dá especial destaque à questão dos direitos autorais. Já a autora Luciana Heymann oferece ao leitor a possibilidade de acompanhar suas considerações sobre os efeitos e consequências nas dinâmicas de pesquisa relacionadas ao uso de bases de dados e ao acesso on-line.

Encerramos o número da Revista com um trabalho na Seção *Notas de Pesquisa*, de autoria de Duala Pessoa do Rosário. Com o título *A relação entre a gestão de documentos e os sistemas de gestão da qualidade*, a autora analisa essencialmente de que forma a gestão de documentos pode contribuir para os sistemas de gestão da qualidade, oferecendo uma reflexão sobre os diálogos que se fazem necessários para que se possa estabelecer a relação direta entre ambos.

A todos, uma boa leitura! E lembrem-se: a revista é um espaço aberto. Contribua para a literatura em Arquivologia publicando conosco!

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Theo Thomassen²

Tradução: Lucia Maria Velloso de Oliveira

RESUMO

Arquivistas estão adaptando os princípios e conceitos de sua disciplina às necessidades e condições da sociedade de informação, mas estão bastante hesitantes em mudar suas abordagens da mesma maneira. Eles ainda tendem a favorecer uma abordagem insitucional, assumindo como seus pontos de partida as declarações de missão dos arquivos nacionais e de outras instituições arquivísticas de patrimônio ou de justiça social, em vez das razões e motivações que os indivíduos ou as comunidades informais têm para documentar os seus pensamentos e atividades. Eles tendem a colocar o vinho novo do compartilhamento da informação, produção e uso de arquivos e do patrimônio em odres velhos de padronização e de controle institucional centralizado. Eles tendem a se identificar com suas organizações empregadoras - e, particularmente, com o sistema de arquivos públicos - em vez de posicionarem-se como profissionais autônomos oferecendo seus serviços aos clientes e consumidores, sejam eles quem forem. Tudo estaria mais alinhado às necessidades e condições da sociedade da informação se os arquivistas não só adotassem conceitos não custodiais como também substituíssem sua doutrina estatista custodial e sua abordagem de cima para baixo por abordagens não custodiais voltadas para a pessoa e orientadas de baixo para cima, onde se considerassem prioritariamente não como porta-vozes da sociedade em geral, mas sim fornecedores profissionais de serviços para clientes institucionalizados e privados, no atendimento de suas necessidades e desejos de serem, ou não, documentados. Tal abordagem promoveria mais a profissionalização, impediria a profissão de arquivista de ser afetada pela politização e, particularmente, de se transformar em um instrumento de memória oficial e das políticas de patrimônio e moveria a ética arquivística para

¹ Tradução de conferência proferida pelo professor Theo Thomassen no XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 2012.

² University of Amsterdam.

longe de um direito moral sobre a justiça social para uma garantia de qualidade para todos os seus clientes potenciais.

Palavras-chave: Paradigma não custodial; Arquivos pessoais; Funções arquivísticas; Autonomia profissional.

Archivists and the private desire to be or not to be documented

Abstract

Archivists are adapting the principles and concepts of their discipline to the needs and conditions of the information society, but are quite hesitant in changing their approaches accordingly. They still tend to foster an institutional approach, taking mission statements of their National Archives and other archival institutions on heritage and social justice as their points of departure, rather than the reasons and motives of private persons and informal communities to document their thoughts and activities. They tend to put the new wine of distributed information, archives and heritage production and use in the old wineskins of standardized and centralized institutional control. They tend to identify themselves with their employing organizations, and particularly with the public archives system, rather than positioning themselves as autonomous professionals providing their services to clients and customers, whoever they are. It would be more in line with the needs and conditions of the information society if archivists would not only adopt noncustodial concepts, but also replace their custodial etatist and top down approaches by noncustodial people oriented and bottom up approaches, when they would consider themselves not primarily as spokesmen of society as large but as professional providers of services to institutional and private customers, in fulfilling their needs and desires to be documented or not to be documented at all. Such an approach would promote further professionalization, prevent the archival profession from being politicized and particularly from turning into an instrument in official memory and heritage policies and move archival ethics away from a moral claim on social justice to a quality assurance to all their potential customers.

Keywords: Noncustodial paradigm; Personal records; Archival functions; Professional autonomy

1 Introdução: sobre Arquivologia

Redefinir os conceitos e métodos da disciplina em termos pós-custodiais é uma questão recorrente nos programas de seus congressos³, de acordo com a minha feliz experiência há alguns anos atrás⁴. Os rápidos desenvolvimentos em nosso ambiente profissional alimentam a necessidade de continuar esse debate, não só a fim de redefinir a nossa linguagem profissional, mas também para adaptar ou mesmo reinventar nossas abordagens profissionais. A mudança de paradigma na disciplina arquivística implica uma reorientação fundamental da profissão, em termos de seu caráter, de sua relação com o Estado e com a sociedade, e no profissionalismo em si; e este processo de reorientação ainda está longe de ser concluído. Criados no berço da custódia, estamos ainda inclinados a colocar o vinho novo das mídias sociais, da curadoria distribuída, da interação com o usuário e da personalização nos odres velhos da padronização e do controle institucional centralizado e da normatização. Parece ser difícil para nós nos afastarmos de nossa velha abordagem custodial, orientada para o Estado e focada no controle; é nossa tendência controlar o passado em nome da sociedade, identificar-nos com o sistema de arquivos públicos, preferir os procedimentos centralizados e de cima para baixo, lançar uma visão hierárquica e burocrática sobre os produtores de documentos e nos inclinar pelos documentos públicos como princípio no lugar dos arquivos particulares. As abordagens custodiais não são mais aplicáveis em novos setores desenvolvidos na sociedade informalizada, desinstitucionalizada e em rede, na qual curadores e mediadores estão perdendo suas posições de monopólio, as funções de arquivamento se privatizam, as fronteiras entre as organizações e entre público e privado ficam turvas, a produção de arquivos fica individualizada e os indivíduos nas novas mídias sociais exploram plenamente o seu potencial de auto-documentação.

É mais fácil analisar uma abordagem custodial do que refletir sobre uma pós-custodial. Não há uma abordagem pós-custodial. Há uma corrente modernista e uma pós-moderna no pensamento pós-custodial. Teóricos da corrente modernista tentam encontrar novos métodos para controlar sistematicamente os documentos eletrônicos de organizações formais, por meio da padronização do que pode ser padronizado: processos de negócios, processos de criação de documentos,

³ O autor se refere às edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia. (Nota da tradutora)

⁴ O autor participou do XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2006. (Nota da tradutora)

procedimentos de *recordkeeping*⁵, descrição arquivística, objetivos de avaliação etc. Teóricos que flutuam na corrente pós-moderna tentam impedir os arquivistas de ajudar os poderosos a exercerem o controle do passado e os estimulam a usar o seu poder sobre a memória para promover a justiça social. Neste artigo eu não quero discutir os pontos fortes e fracos dessas correntes – ambos contribuem muito para o desenvolvimento de nossa disciplina em um sentido prático ou filosófico – mas investigar vestígios de pensamento custodial em cada um, partindo da perspectiva que mover-se de um pensamento custodial para um não-custodial é primeiramente mover-se de um pensar em termos de controle para um pensar em termos de distribuir o poder para os documentos e arquivos.

Neste trabalho, gostaria de focar três aspectos da mudança do paradigma da custódia para o da não-custódia e, posteriormente, discuti-los:

- a mudança de uma abordagem centrada no Estado, orientada para o controle e normatização, para uma abordagem centrada nas pessoas, cooperativa e de baixo para cima;
- a mudança do foco em documentos públicos para um foco no arquivamento privado; e
- a liberação da profissão e do profissional de sua dependência da política de Estado e da ideologia.

2 Estado, controle e moralidade

Vamos primeiro olhar para o aspecto da abordagem custodial quanto a ser centrada no Estado, orientada para o controle e normativa.

Na opinião de Samuel Muller, um dos autores do Manual⁶, serviços de arquivo faziam parte da máquina do Estado. O Estado, por meio da criação e manutenção de serviços de arquivo, fazia jus à sua responsabilidade para com os documentos de seus próprios

⁵ O termo foi mantido no inglês considerando que qualquer tentativa de sua tradução para um único termo em português não conseguiria expressar a complexidade do conceito. Segundo a publicação *A Glossary of Archival and Records Terminology*, da Society of American Archivists, entende-se *recordkeeping* como a produção, uso, manutenção e disposição de documentos para atender fins e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=441>. Acesso em: 16 fev. 2013, tradução nossa. (Nota da tradutora)

⁶ O autor refere-se ao *Manual de arranjo e descrição de Arquivos*, de autoria de Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898. A tradução da obra para o português foi lançada no Brasil pelo Arquivo Nacional em 1960. (Nota da tradutora)

organismos e de seus antecessores, assim como para com a preservação das fontes da história nacional. Intervenções arquivísticas eram instrumentais para a responsabilidade do Estado.

O Estado, manifestando-se como democracia constitucional, é o contexto do pensamento custodial. Indivíduos como sujeitos ou objetos de produção de arquivos são apenas permitidos em sua qualidade de cidadãos.

Uma abordagem na qual o foco das intervenções arquivísticas é dirigido pelo Estado e no Estado – as relações com os cidadãos estão cada vez mais desatualizadas. Devido às facilidades do *e-mail* e das mídias sociais, os limites entre os domínios público e privado e entre os arquivos corporativos e pessoais são cada vez mais difusos. O foco deslocou-se do Estado para o indivíduo em todas as suas capacidades: como oficial, empregado, cidadão, consumidor e produtor de arquivos. Estratégias e políticas arquivísticas (políticas patrimoniais, políticas de avaliação), no entanto, ainda são predominantemente estratégias e políticas gerais, e – implícita ou explicitamente – ainda consideram o Estado democrático ou a sociedade civil como pontos de partida.

A metodologia do arquivo de custódia é a metodologia da sociedade industrial. Normas descritivas e classificações hierárquicas, e de preferência universais, são as ferramentas dos burocratas da sociedade industrial em seus esforços para controlar o processo de produção. Na sociedade industrial, as organizações estruturam seus arquivos de forma sistemática e hierárquica assim como são suas operações de negócios: programáticas, planejadas, conduzidas por regras e procedimentos. O Manual holandês se encaixa perfeitamente neste contexto. Não é um tratado sobre a metodologia arquivística, mas uma tentativa bem sucedida para controlar o arranjo e descrição de arquivos – representações de organizações controladas – por meio da padronização. É um belo exemplo de pensamento custodial: pensar em termos de controle, de arquivos sistemáticos e controlados, de um mundo ordenado, compreensível e controlável que produz arquivos. A ideia do arquivo de custódia reflete os paradigmas de estruturação do Estado na sociedade industrial: de cima para baixo e de uma forma hierárquica, centralizada, burocrática e padronizada.

Hoje em dia, o pensamento arquivístico tem um escopo muito mais amplo. Leva em consideração outros produtores de arquivos: as organizações, empresas privadas, comunidades, famílias e indivíduos. Trata de documentos e arquivos em formato analógico e digital; e em todas as suas possíveis dimensões. Na arquivística custodial a uniformidade é a palavra-chave mas, no pensamento pós-custodial, a palavra-chave é variedade. Todos estes tipos de documentos e arquivos são produzidos por diferentes razões e em diferentes formas

e maneiras, e diferem em termos de sua organização e composição, de seu contexto e mídia social e da plataforma em que são gerados e mantidos.

Até um certo grau, sistemas de informação e informação precisam ser padronizados mas, em nossa sociedade individualizada e em rede, o controle centralizado sobre a produção, estruturação e uso de informação não é mais uma ferramenta factível ou mesmo eficaz. Indivíduos e grupos informais têm invadido o mundo da produção da informação formalizada. Eles geram, mediam, indexam e usam os documentos de sua própria maneira, cruzando as fronteiras entre mídias, formatos e plataformas, entre as organizações e entre os domínios do público e privado. O aumento da quantidade de informação produzida, trocada, reproduzida, marcada, utilizada e indexada é incrível. Na internet, em uma escala sem precedentes, os indivíduos e comunidades se documentam e aos seus ambientes, incluindo a administração pública. Funcionários do governo gerenciam a sua correspondência por e-mail oficial da mesma maneira informal como gerenciam as mensagens de e-mail em suas contas particulares, e se comunicam com os cidadãos, usando *blogs*, *tweets* e outras mídias sociais, e os políticos fazem o mesmo. Nos governos e nas empresas as decisões sobre a produção, uso e avaliação de documentos tornaram-se decisões corriqueiras no nível executivo, não importando se os gerentes dos arquivos gostam ou não. Em 2001, Sue McKemmish previu que “os padrões de *recordkeeping* e de processos adquiridos no local de trabalho iriam ultrapassar os comportamentos pessoais de *recordkeeping*.” Mas está ocorrendo o oposto: comportamentos pessoais de *recordkeeping* estão superando o ambiente de trabalho. O bom *recordkeeping* torna-se uma questão de necessidade e responsabilidade do grupo, em vez de uma questão ampla da organização aplicada aos procedimentos administrativos.

Políticas arquivísticas de custódia também são projetadas para exercer controle. Instituições arquivísticas têm se posicionado como mediadores inevitáveis entre os arquivos e usuários. Mas, assim como os editores de jornais, livreiros, bibliotecários, gravadoras e outros curadores, estão cada vez mais perdendo essa posição de custódia e curadoria, bem como seu monopólio de documentação, preservação e acesso. Sem a interferência de arquivistas, as próprias pessoas se documentam e usam, reorganizam, mediam, compartilham e conjuntamente enriquecem as informações oferecidas pelos arquivos. *Google Books* toma decisões fundamentais em larga escala sobre digitalização com base em critérios de avaliação incontroláveis. Meios de acesso e de preservação estão sendo privatizados: empresas de internet decidem sobre como realizamos nossa pesquisa e o que nós achamos; eles monopolizam os algoritmos de seus mecanismos de busca, e personalizam e customizam os resultados da pesquisa.

Outra manifestação do estatismo da custódia situa-se no caráter normativo da teoria arquivística, na ideia de que a Arquivologia tem uma obrigação moral de

completar a sociedade. Esse caráter normativo da teoria arquivística, e em particular no que se refere às ideias teóricas sobre avaliação, é claramente mais importante segundo Terry Eastwood do que o seu caráter explicativo. Algumas dessas ideias são descritivas, preditivas e explicativas, mas outras se voltam para o certo e o errado, o bom e o mau, ações adequadas e inadequadas. Alguns estão preocupados com a compreensão do que existe ou o que está acontecendo em alguma esfera, mas os outros estão apenas preocupados com o que é apropriado.

Arquivistas no Ocidente tomam o Estado constitucional como ponto de partida moral para suas intervenções profissionais e se autodenominam os pilares da democracia e cuidadores de memória nacional. Os arquivistas discutem como os arquivos poderiam ser mais acessíveis de uma forma em que refletissem o amplo espectro da memória humana – embora produzidos e em consonância com o ponto de vista dos poderosos poderiam contar também, ou preferencialmente, as narrativas dos indivíduos. Alguns deles, tendo estabelecido o fato de que os arquivistas não podem deixar de exercer o poder sobre o passado, incentivam seus colegas a usar esse poder para o bem e promover a coesão social, emancipar as minorias e dar voz àqueles que foram silenciados nos arquivos.

3 A troca de paradigma e sua consequência para o arquivo privado

As abordagens centradas no controle e no estado do pensamento custodial são bastante óbvias em sua desconsideração pelos arquivos pessoais. O objeto do pensamento de custódia são os documentos das agências governamentais, relacionados com os órgãos administrativos e seus predecessores. Em teoria, o que caracteriza um documento como documento arquivístico no pensamento custodial está relacionado à sua contextualidade, sua transacionalidade e ao seu potencial probatório. Papéis privados sem caráter transacional e probatório não são documentos arquivísticos por definição.

A política clássica arquivística exclui os arquivos pessoais da custódia pública, o que obrigou que as comunidades, tais como sindicatos, movimento feminista, partidos políticos, igrejas e outros criassem os seus próprios centros de documentação. Hoje em dia, uma grande variedade de arquivos pessoais faz parte de um número considerável dos repositórios de instituições arquivísticas, públicas e privadas. No entanto, apesar dos arquivos pessoais estarem incluídos nas políticas e estratégias de aquisição e de avaliação em nível nacional, regional e local, *recordkeeping* de documentos de organizações formais ainda é tomado como ponto de partida das atividades profissionais dos arquivistas. Arquivos

personais são tratados como arquivos corporativos com deficiências, com pouco valor probatório, mal produzidos, mal organizados e mal conservados. Reconhecendo o seu contexto, os arquivos são sujeitados aos mesmos padrões de manutenção, organização e de inventário adotados para os documentos e arquivos de órgãos governamentais burocráticos. Ao transferir arquivos pessoais para os seus repositórios, tenta-se consertar o que os produtores aparentemente podem ter quebrado, consertando as consequências do seu modo espontâneo de produção de arquivos, de sua falta de disciplina e de sua abordagem não sistemática na organização e gestão, e de seu desconhecimento das distinções entre documentos arquivísticos e de outros documentos e objetos.

As mídias sociais emergentes provocaram um interesse crescente e uma nova visão sobre os arquivos pessoais. Na tensão entre os nossos esforços pouco eficazes para documentar a sociedade como um todo e o poder de auto-documentação da própria sociedade, arquivos pessoais são movidos da periferia para o centro do discurso arquivístico. Na abordagem da custódia, documentos e arquivos de indivíduos foram considerados exceções à regra. Agora podemos virar de cabeça para baixo esta abordagem e considerá-los como a regra na qual os arquivos formais é que são a exceção. Quando nós decidirmos reverter a abordagem de custódia e tomar o arquivo privado como nosso ponto de partida em nosso pensamento sobre os arquivos, poderemos obter uma melhor compreensão do que significa a produção de arquivos em nossa sociedade individualizada e que se auto-documenta, ampliar as nossas ideias sobre a funcionalidade dos documentos e o que eles representam, e libertar conceitos como proveniência, autenticidade, unicidade e organicidade do conceito de custódia de produtores formais.

O foco deslocou-se do Estado para o indivíduo em todas as suas capacidades: como sujeito oficial, como empregado, como cidadão, como consumidor e como produtor de documentos. Nós agora podemos considerar que arquivos de indivíduos são mais ricos e estão mais perto de realidade do dia a dia do que os arquivos públicos, uma vez que nestes últimos o elemento público é formalizado e o elemento privado e individual, suprimido.

A abordagem de custódia salienta as funções pragmáticas dos arquivos, uma abordagem pós-custodial lança luz também sobre os motivos não-pragmáticos. Em comparação com os arquivos públicos, os arquivos pessoais nos permitem pesquisar melhor as necessidades, motivações, objetivos e funções da produção e preservação de arquivos; e entender por que as pessoas produzem, mantêm e destroem documentos e, posteriormente, por que as agências governamentais não o fazem ou fazem de outra maneira.

Nesta sociedade da informação, a produção de documentos parece ser uma necessidade fundamental. As pessoas precisam documentar seus pensamentos e ideias sobre si mesmas e sobre o seu ambiente social. Ao cooperar com organizações formais, elas direcionam essa necessidade para os interesses comerciais e usam sua capacidade de documentar para documentar as atividades empresariais. Em arquivos públicos e de empresas, a auto-expressão individual se subordina à auto-expressão da organização. Nos arquivos pessoais, eles se expressam como indivíduos.

As pessoas podem sentir a necessidade de se documentar, mas quais são as suas motivações e objetivos específicos para tal? Quais são as funções dos documentos que eles produzem? A teoria clássica arquivística só reconhece as razões pragmáticas: as pessoas produzem e usam documentos para manter seus negócios funcionando e por razões de prova e para prestação de contas. Aparentemente, o foco aqui está nos arquivos das organizações formais.

A partir de 1996, entretanto, quando Adrian Cunningham editou o número especial de *Archives and Manuscripts* sobre arquivos pessoais, vários autores demonstraram que as funções de arquivos pessoais e os motivos e objetivos dos indivíduos e das comunidades são bem diferenciados. As pessoas produzem, organizam, usam e destroem documentos em duas esferas diferentes. Na esfera social, os documentos estruturam a vida: a comunicação com outras pessoas, as comunidades e organizações, incluindo agências governamentais. A maioria dos documentos nesta esfera possui características intrínsecas probatórias e transacionais e são, portanto, documentos de arquivo no sentido clássico do termo. A segunda esfera é individual, como Catherine Hobbs apontou; o domínio da auto-identificação e da auto-expressão. Aqui, as pessoas constroem e reconstróem as histórias de suas vidas e de suas relações com o resto do mundo e, com isso, estabelecem quem foram, são e se tornarão, e como as suas relações sociais e sua imagem pública são vistas. Não é necessário dizer que, na abordagem clássica, muitos documentos produzidos nessa esfera se ressentem de atributos arquivísticos, uma vez que esses atributos estão relacionados ao contexto transacional e não à auto-documentação.

Quando abordamos a produção de documentos do ponto de vista da vida privada, a construção da identidade é um mecanismo confortável. A identidade é uma construção social. Só podemos nos identificar em um contexto social, em relação com outras pessoas e grupos: o Estado, as entidades patronais, igrejas, comerciantes, famílias e comunidades informais. A identificação de si mesmo e com outras pessoas e comunidades é uma luta, um processo de negociação, de inclusão e exclusão.

Na arena de construção da identidade, os papéis do Estado, das igrejas e dos partidos políticos não são tão dominantes como eram há algumas décadas. Na vida pública, os indivíduos se comportam cada vez menos como cidadãos. As facilidades para se comunicar, se expressar e construir nossas identidades são abundantes. Plataformas sociais na internet têm se expandido ou assumiram as funções de identificação dos documentos em papel. Nessas plataformas, as oportunidades para atender a necessidade irrefreável pela auto-documentação são quase ilimitadas. Mais do que nunca, nós moldamos livremente nossas identidades e re-inventamos a nós mesmos em intervalos regulares.

Nossas identidades são multifacetadas e sempre em construção; nossos arquivos refletem os diferentes papéis que desempenhamos em diferentes circunstâncias e períodos, as mudanças em nossas vidas, as pessoas que somos e fomos, camada sobre camada. Nós nos expressamos em termos das nossas relações com os membros da família, amigos e vizinhos, o lugar onde vivemos, nosso trabalho e colegas, o Estado, a nação, a língua, e todas as outras comunidades das quais fazemos parte. Expressamos diferentes identidades em diferentes contextos: a identidade em casa, uma identidade de trabalho, uma identidade familiar e uma identidade dos amigos de universidade. O contexto de proveniência é mais social do que institucional ou funcional, e pode ser mais bem descrito em termos de interação social do que em termos de funções de negócios.

Arquivos pessoais geralmente têm um caráter fragmentário. Para a maioria das pessoas o *recordkeeping* privado é um processo contínuo, executado irregularmente e muito deliberadamente, influenciado por incidentes e circunstâncias em movimento e não dirigido por objetivos explícitos. Dever se refere a eles como “arquivos fissurados”. “O que sobrevive [...] normalmente será apenas uma fração do total, e sua sobrevivência terá sido dependente, mais frequentemente de um acidente do que de um projeto.”

Arquivos pessoais costumam dar uma impressão caótica e incoerente. Respeitar a ordem original não é a construção sistemática e coerente de uma coleção, mas respeitar o seu caráter multifacetado, em camadas e fragmentado.

O *recordkeeping* do indivíduo em um contexto digital parece pedir por abordagens pós-custodiais. No mundo digital, arquivos privados dificilmente podem ser controlados. Produzimos documentos digitais em uma enorme quantidade e em uma grande variedade de formatos: documentos textuais, fotos, mensagens de *e-mails*, *blogs*, *tweets*, atualizações de páginas do Facebook etc. Nós armazenamos esses registros nos discos rígidos dos nossos

computadores em casa, no escritório e em nossas bolsas, em nossos dispositivos USB, em nossas câmeras, em nossos telefones, nos nossos iPods e, cada vez mais, em plataformas sociais.

Estabelecer os limites, componentes e estruturas dos arquivos pessoais tornou-se complicado. Eles não têm a forma de coleções sistematicamente organizadas mas, sim, de sistemas distribuídos em rede. As distinções nítidas desaparecem entre os documentos criados por nós mesmos e pelas comunidades que fazemos parte, entre os documentos produzidos por nós como indivíduos em nossa vida pessoal e aqueles produzidos por nós em outros papéis sociais, e entre os nossos documentos e a *world wide web* como um todo. Nós nunca somos capazes de estabelecer onde começa e onde termina este universo em rápida mudança e em expansão de dados.

Na era da custódia, podemos mais ou menos controlar nossas vidas, controlando nossos documentos pessoais. A separação que estávamos acostumados a fazer entre as nossas identidades – a nossa identidade como cidadão, nossas outras identidades públicas e nossas identidades particulares – foram refletidas em nossos hábitos de *recordkeeping*, nos tipos de documentos que criamos, onde os colocamos, o que preservamos e o que eliminamos.

Na era pós-custodial perdemos nossa capacidade de controlar nossas identidades por meio dos documentos. “Na era analógica, era relativamente simples manter suas vidas separadas”, escreve Viktor Mayer-Schönberger (2009), em *Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age*. “Se as minhas atividades principais de lazer estavam no clube de golfe e em um círculo S&M, era essencial que ninguém do primeiro grupo soubesse do segundo grupo.” Mas a internet mudou tudo. “No Facebook,” Mayer-Schönberger continua, “por não permitir que você tenha duas contas, essa separação fica problematizada. A resposta é que os indivíduos empregam estratégias para invadir o sistema – quase todos os meus colegas têm duas contas no Facebook, para manter as diferentes partes de suas vidas encaixotadas”.

A eliminação lida com o fato ameaçador que nunca a internet parece esquecer, que é quase impossível eliminar dados pessoais, dados, por exemplo, que uma vez você postou na sua página do Facebook ou as páginas de Facebook dos estranhos que uma vez você rotulou como seus amigos. É sobre a virtude do esquecimento, como o título indica, mas também sobre a relação entre documentar-se e construir sua identidade. A sociedade analógica, argumenta Mayer-Schönberger, aceitou, por nos permitir apagar as memórias externas, “que os seres humanos evoluem ao longo do tempo, que temos a capacidade de aprender com as experiências passadas e ajustar nosso comportamento”. Mas uma sociedade em que tudo é gravado

para sempre vai nos amarrar a todas as nossas ações do passado, o que torna impossível, na prática, para escapar delas. O fato de que a internet parece nunca esquecer é ameaçador, a um nível quase existencial, para a nossa capacidade de controlar nossas identidades, para preservar a opção de nos reinventarmos e começar de novo, para superar nosso passado de diferentes cores.

Mayer-Schönberger defende o direito constitucional ao esquecimento. A tecnologia pode nos ajudar a reforçar esse direito. “A variedade de formas políticas e tecnológicas de fazer desaparecer os dados” deve ser explorada; maneiras de “se recriar a possibilidade do esquecimento digital” ou “imitar o esquecimento humano” por meio da inclusão de datas para a expiração de dados. “As datas de expiração existem para pedir aos seres humanos que reflitam – mesmo que apenas por alguns momentos – sobre quanto tempo a informação que desejam armazenar permanece importante [...]”

Aos usuários, quando salvam um documento que eles criaram, deve ser oferecida a opção de selecionar uma data de validade para além do nome do documento e localização em seus discos rígidos. Câmeras, celulares, computadores e outros dispositivos de armazenamento digital devem ser programados para apagar automaticamente fotos, *posts* ou outros dados que atingiram suas datas de expiração. Datas de validade também devem ser implementadas em plataformas sociais.

Essas abordagens, argumenta ele, re-instalam o direito de novos começos e o direito à auto-definição. Elas “compartilham o objetivo comum de reconstruir uma forma de controle sobre nossas identidades: a capacidade de nos reinventar, de escapar de nosso passado e de melhorar os eus que apresentamos para o mundo”.

4 A mudança do paradigma e suas consequências para a profissão e para o profissional

Outro hábito referente à custódia é identificar o arquivista com o sistema de arquivos públicos. Na realidade, porém, os arquivistas trabalham em arquivos públicos, mas também em arquivos particulares, instituições de memória, centros de patrimônio, agências governamentais e em empresas privadas, e alguns deles são trabalhadores independentes. Eles trabalham sob regimes democráticos e não democráticos, como guardiões de arquivos medievais, como gestores de documentos, como elaboradores

de políticas, como consultores em matérias arquivísticas ou como acadêmicos e professores em Arquivologia. O sistema de arquivos públicos e o Estado deixaram de ser o evidente contexto da profissão e do discurso de arquivístico. No entanto, eles ainda tendem a ser o ponto de partida e ponto de foco no nosso debate sobre teoria e metodologia arquivística. Cada vez mais, as estratégias arquivísticas são a memória nacional, patrimônio e estratégias de identificação que visam melhorar a sociedade em geral. A perspectiva de estratégias de avaliação – seja com o objetivo de documentar a administração pública ou as intervenções do governo na vida dos cidadãos ou da sociedade – é a perspectiva do sistema de arquivos públicos, como representantes do Estado e, indiretamente, da sociedade, e o objetivo é controlar a memória coletiva em favor de todos os cidadãos.

Orientações sobre o acesso, recentemente emitidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e redigidas por seu comitê de normalização, apresentam-se como diretrizes para o acesso a arquivos em geral, mas são de fato um padrão de acesso para arquivos públicos a serem executados pelo sistema de arquivos públicos.

Alguns colegas querem comprometer a profissão a um tipo de moral profissional.

Os principais teóricos da Arquivologia, principalmente dentro de uma tradição norte-americana e inspirada pela moral e consciência de poder pós-moderna, estipulam que os arquivos e arquivistas devem adotar uma missão social, por causa do poder que lhes foi confiado pela sociedade. Mas, na nossa qualidade de profissionais, não temos obrigações morais. A única obrigação profissional que temos é a de sermos arquivistas competentes, especialistas independentes sobre arquivos, capazes de oferecer a todos que contratam, serviços de alta qualidade com base no domínio da teoria e metodologia arquivística e dentro de nosso código de conduta.

Como profissionais, somos prestadores de serviços de qualidade a todos os clientes institucionais e privados e a clientes que precisem da nossa ajuda profissional. Assim como médicos e advogados, não devemos discriminar na forma em que vamos trabalhar entre clientes e consumidores com altos e baixos padrões morais, entre governo e cidadão, entre órgãos sociais e entre uma comunidade e outra.

Devemos considerar os interesses de nossos clientes e consumidores como nossa base e prestar os nossos serviços de forma imparcial e independente. Devemos fazer com que os nossos clientes se sintam confiantes de que vamos servir aos seus interesses e não aos interesses de outras partes. Missões de instituições arquivísticas não são as missões dos profissionais que elas empregam, pois excluem os profissionais

que não empregam. Espera-se dos arquivistas que apoiem a missão da sua organização empregadora e executem as políticas corporativas como empregados e não como profissionais.

O termo custodial se refere a instituições arquivísticas que possuem arquivos em custódia, mas também pode se referir a instituições que possuem arquivistas sob custódia. Uma abordagem custodial não é compatível com a autonomia dos profissionais de arquivo e com a independência da profissão.

A aprovação, pelo Congresso do Conselho Internacional de Arquivos em Pequim, em 1996, de um código internacional de ética para os arquivistas foi um grande passo no processo de profissionalização. Um código de ética é um atributo importante para qualquer profissão. É uma declaração da profissão que os serviços prestados por seus membros estão em conformidade com os requisitos específicos de qualidade. Destina-se a dar aos seus clientes e consumidores a confiança de que seus interesses serão atendidos de uma forma profissional e que os profissionais não têm considerações políticas, ideológicas, religiosas ou particulares, e que os interesses de outras partes não irão interferir em seu julgamento profissional.

Ao aderir a um código de ética estamos distinguindo claramente as nossas obrigações profissionais de nossas obrigações como empregados. Sejam instituições arquivísticas ou empresas privadas, nossos empregadores podem esperar que sigamos as missões empresariais. Mas, como profissionais, temos de manter uma distância dessas missões e objetivos, a fim de manter a nossa autonomia profissional.

O dever central embutido no nosso código de ética é a obrigação de aplicar os princípios da teoria e da metodologia arquivística, a fim de prestar serviços de qualidade aos produtores de arquivos, às instituições arquivísticas e à sociedade; e para permitir que nossos clientes documentem a si mesmos e as suas atividades, expressando-se e identificando-se como organizações, comunidades ou indivíduos, sendo responsáveis e mantendo outros também responsáveis, em memorizar, lembrar e ser lembrado, assim como permitir que evitem que sejam documentados, identificados, responsabilizados e lembrados.

Em uma próxima versão do nosso código de ética podemos incluir o dever de respeitar o desejo das pessoas, tanto para documentar-se e aos outros, e não documentar e ser documentado em tudo, o dever de salvaguardar a liberdade de interpretação dos arquivos no domínio público e o dever de evitar que fontes arquivísticas públicas sejam exclusivamente apropriadas por uma parte, seja um historiador, uma potência

ocupante, uma família, um grupo de pressão política, Google, Facebook, outras empresas privadas ou o Estado.

Como qualquer código de ética profissional, o código do CIA não tem a intenção de manter a moral profissional – qualquer que seja ela – mas manter a qualidade profissional. A custódia dos arquivos não é mais o núcleo de nossas atividades profissionais. Podemos agir como custodiadores, mas também como consultores, preparados para ajudar as pessoas na construção de suas identidades por meio da produção, preservação ou eliminação de documentos, ajudando-os a decidir quais documentos podem ser úteis nesse processo e quais não podem, aconselhando sobre o que eliminar e fornecendo-lhes ferramentas úteis para excluir perfis de mídia social e outros dados privados: SexySocialMedia, DeleteMe, AccountKiller ou Internet Suicide Machine.

Um número crescente de arquivistas está ocupado com consultoria e aconselhamento a particulares e comunidades. Eles não podem monopolizar esse campo de atividades, pois têm que competir com outros especialistas e, particularmente, com os bibliotecários. Em 2005, as grandes bibliotecas das Universidades de Oxford e Manchester iniciaram um projeto para instituições de patrimônio: *Personal Archives Accessible in Digital Media* ou o projeto Paradigma. O projeto teve como objetivo a prestação de serviços de *recordkeeping* para indivíduos cujos documentos pessoais digitais deveriam ser acessados. Embora a transferência para um repositório fosse o objetivo final, os que iniciaram o projeto identificaram explicitamente sua abordagem como “pós-custodial”.

No final de abril, durante a Semana de Preservação, os bibliotecários dos Estados Unidos realizaram eventos em todo o país sobre a preservação de materiais digitais pessoais sob a bandeira de “Bibliotecários ajudam suas comunidades com seu arquivo pessoal digital”. Julie Mosbo, presidente do Grupo de Trabalho Semana de Preservação e bibliotecária conservadora da Southern Illinois University em Carbondale, disse:

As bibliotecas e os bibliotecários, como locais e os detentores do conhecimento e informação, têm uma grande oportunidade de promover para o público o arquivamento digital. Eu acho que nós (bibliotecários) somos o grupo perfeito para ensinar, mas não tenho certeza de que o público está ciente de que bibliotecários/bibliotecas podem ajudá-los com esse tipo de serviço.

Eu acho que muitos de nós ainda somos vistos como pessoas do “livro”. Nosso desejo de ajudar e educar são oportunidades naturais para fornecer informações sobre como preservar itens digitais.

Bibliotecários formam o grupo perfeito para fazer o trabalho de fato ou nós, os arquivistas, podemos fazer um trabalho melhor?

Pode valer a pena considerar a inclusão, em uma política profissional, do crescimento da consciência de todos os produtores de arquivos, agências governamentais, empresas, multinacionais de internet e comunidades sociais *on-line*, sobre as funções dos documentos que eles criam, os prós e contras de sua manutenção, o uso e o potencial abuso da personalização e comoditização de dados – devido a razões comerciais, de privacidade, de construção da individualidade, pela história nacional e familiar ou o que quer que seja o motivo – e convencê-los de que qualquer problema de arquivo deve ser resolvido por um arquivista. Se essa política for bem sucedida, eu prevejo um futuro pós-custodial em que os arquivistas – dentro do quadro das instituições arquivísticas ou não – irão oferecer os seus serviços aos produtores de arquivos públicos e privados como autônomos, tal como advogados e contadores fazem.

5 Conclusão

Caros colegas vamos ser realistas e modestos. Nós não somos uma profissão tão grande e influente como advogados ou contadores. E não somos tão independentes também. A maioria de nós são servidores públicos, trabalhando em um ambiente de arquivos públicos. E isso não é algo para se envergonhar. Nossa relação com o Estado é para ser observada criticamente, mas o Estado é também uma poderosa força para que possamos alcançar nossos objetivos. Afastar-nos de nosso passado custodial não é uma questão de mudar de emprego, mas de mudar nossas atitudes: de cima para baixo, centralizadas, hierárquicas, burocráticas e padronizadas para de baixo para cima, com curadoria distribuída etc.

Sim, nós ultrapassamos algumas crenças modernistas dos fundadores de nossa disciplina, mas nem sempre em um sentido positivo. A Santíssima Trindade do Manual holandês acreditava firmemente no poder da disciplina emergente da arquivística. Hoje em dia, o poder da teoria e metodologia arquivística não é mais um dado assumido como

certo. Entre os arquivistas, os mantras da sociedade neoliberal, órfã e individualizada – no vale tudo, o cliente tem sempre razão, a sabedoria se senta no meio da multidão, e toda autoridade do especialista deve ser rejeitada – parecem ganhar popularidade. Na internet, alguns dos nossos colegas carregam em seu lombo o turista de patrimônio que, como ser humano pós-moderno, une por excelência uma curiosidade ilimitada com uma ignorância despudorada. Eles confirmam ao turista, em seu preconceito, que ele poderia responder a qualquer pergunta, que ele poderia resolver qualquer problema, que ele poderia entender qualquer texto e que ele, juntamente com outros turistas de arquivo, podem preencher todos os dados que faltam nos arquivos.

Especialização, porém, é o núcleo de profissionalismo. Só podemos oferecer serviços de qualidade aos nossos clientes e consumidores se nos comportamos como especialistas. Nossa expertise não consiste principalmente em conhecimento do conteúdo, mas em uma abordagem metódica contextual dos arquivos em relação ao ambiente em que são criados, gerenciados e utilizados. Uma boa compreensão da natureza dos meios de comunicação antigos e novos, da contextualidade dos documentos físicos e dos documentos criados e mediados em plataformas sociais na internet – e das intervenções dos produtores de arquivos, arquivistas e usuários em ambientes públicos e privados – é uma condição necessária e parte importante dessa especialidade. Mudanças radicais nos métodos e organização de produção de conhecimento nos convidam a aplicar nossa experiência de uma maneira diferente, mas não nos impedem de desempenhar o nosso papel de especialistas.

REFERÊNCIAS

- DEVER, Maryanne. Reading other people's mail. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, May 1996. p. 116–129.
- HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual life. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara, 2010. p. 213–241.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. *Delete: the virtue of forgetting in the digital age*. Princeton, 2009.

THOMASSEN, Theo. A new language to be spoken: a paradigm shift in archival science. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. *Anais do...* Rio de Janeiro: AAB, 2006.

“AS CARTAS QUE MANDO PRA VOCÊ SÃO SUAS.”

Eliane Vasconcellos¹

*Escrever cartas é mostrar-se, chamar a atenção,
presentificar a imagem do outro.*
Michel Foucault

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

RESUMO

Traçamos um breve histórico do gênero epistolar, para depois contextualizar as cartas dentro dos arquivos pessoais de escritores, dando ênfase ao problema dos direitos autorais da correspondência.

Palavras-chave: Carta; Arquivo pessoal; Direito autoral.

The letters I send to you are yours

Abstract

We will trace a brief history of the epistolary genre, then contextualize letters within the personal archives of writers, emphasizing the issue of the copyright of the correspondence.

Keywords: Letter, Personal archive, Copyright (authors).

Ao consultarmos os dicionários, verificamos que a palavra carta aparece como núcleo de mais de 79 locuções. Etimologicamente este vocábulo provém do latim *charta,ae* ou *carta,ae*: “folha de papiro preparada para receber a escrita; folha de papel (feito antigamente da entrecasca do papiro)”, empréstimo antigo e latinizado do gr. *khártés*, ou “folha de papiro ou de papel, por extensão, escrita, obra”. Interessa-nos a carta na sua acepção mais usual: a de mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização, para comunicarlhe algo. Por extensão, mensagem, “fechada num envelope, geralmente endereçado e freqüentemente selado”, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. No passado, o selo era a marca do sigilo.

¹ Pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em literatura brasileira, com pós-doutorado no ITEM.